



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

PROTOCOLO SIC [REDACTED]

SECRETARIA: Secretaria Estadual da Segurança Pública

ASSUNTO: Pedido de informação formulado por [REDACTED]

EMENTA: Efetivos da Polícia Civil e Polícia Militar. Solicitação não pertencente ao órgão demandado, informando-se onde pode ser obtida a informação almejada. Negado provimento.

DECISÃO OGE/LAI nº 193/2017

1. Tratam os presentes autos de pedido formulado à Secretaria da Segurança Pública, de número SIC em epígrafe, para acesso a informações sobre os efetivos da Polícia Militar e da Polícia Civil e sua série histórica.
2. Em resposta, o ente solicitou ao cidadão que formulasse o pedido diretamente à Polícia Militar e à Polícia Civil do Estado de São Paulo, que possuem sistema próprio de informações ao cidadão, mantendo a resposta em instância recursal, esclarecendo que os novos pedidos seriam respondidos por seus órgãos próprios de recursos humanos. O solicitante apresentou o presente apelo revisional cabível a esta Ouvidoria Geral, conforme atribuição estipulada pelo artigo 32 do Decreto nº 61.175/2015, alegando que não houve manifestação da primeira instância recursal.
3. Primeiramente, da análise dos autos observa-se que a alegação de supressão de instância não se sustenta. O recurso de primeiro grau foi apreciado e assinado pelo Secretário da Segurança Pública, conforme atribuição do artigo 19, parágrafo único, do Decreto Estadual nº 58.052/2012, tendo sido o mesmo indeferido pelas razões já expostas no relatório.
4. Recorda-se que a Lei nº 12.527/2011 tem por escopo o acesso à informação *disponível*, nos termos do artigo 11. No caso em apreço, o ente esclareceu não ser o responsável pela custódia das informações solicitadas e indicou as unidades competentes detentoras dos dados almejados, conforme previsão do §1º, inciso III do artigo 11 da Lei de Acesso à Informação.
5. Ante a impossibilidade de ofertar diretamente a resposta à demanda, o SIC da Secretaria da Segurança Pública agiu corretamente ao orientar o interessado para que formulasse dois novos pedidos aos entes corretos. Neste caso em concreto, a opção por redirecionar diretamente a solicitação, via sistema SIC.SP, não permitiria que ambas as polícias respondessem à demanda, a fim de buscar atender ao pedido e fazer cumprir a Lei em vigor.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
OUVIDORIA GERAL DO ESTADO

6. Ante o exposto, sendo incompetente o ente público recorrido para fornecer o acesso às informações requeridas, e tendo este indicado os órgãos corretos detentores dos dados públicos, **conheço do recurso** e, no mérito, **nego-lhe provimento**, com fundamento no artigo 11, caput e §1º, inciso III, da Lei nº 12.527/2011, ausentes quaisquer das hipóteses de provimento recursal previstas no artigo 20 e seus incisos do Decreto nº 58.052/2012.
7. Publique-se no sistema eletrônico do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, dando-se ciência aos interessados. Na ausência de nova manifestação no prazo de 15 (quinze) dias, arquivem-se os autos.

OGE, 14 de setembro de 2017.


GUSTAVO UNGARO
OUVIDOR GERAL DO ESTADO